

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO
(Coordenadores)

**IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER
NATUREZA**
Questões pontuais do curso da APET

MP Editora

São Paulo, 2006



CATALOGAÇÃO NA FONTE

Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza : questões pontuais do curso da APET / Ives Gandra da Silva Martins e Marcelo Magalhães Peixoto, coordenadores ; Hugo de Brito Machado... [et. al.]. - São Paulo : MP Ed., 2006

ISBN 85-98848-29-8

1. Imposto de renda - Brasil - Discursos, conferências, etc. 2: Imposto de renda - Brasil -Deduções. 3. Direito tributário - Brasil - Discursos, conferências, etc. I. Martins, Ives Gandra da Silva, 1935-. II. Peixoto, Marcelo Magalhães, 1971-. III. Machado, Hugo de Brito.

06-0830.

CDU 34:336.225.622(81)



SUMÁRIO

PREFÁCIO

Ives Gandra da Silva Martins

APRESENTAÇÃO	11
<i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	

OS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	15
---	----

André Ricardo Passos de Souza

1. Da delimitação do estudo	15
2. Do regime jurídico aplicável aos juros sobre o capital próprio	15
2.1. Histórico legislativo	15
2.2. Natureza jurídica	16
2.3. O entendimento das autoridades administrativas	21
3. Do regime tributário aplicável aos juros sobre o capital próprio	24
3.1. No âmbito do IRPJ e da CSLL	24
3.2. No âmbito do IRPF	25
4. Conclusão	25

INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA NAS TRANSFERÊNCIAS ENTRE SEGUROS DE VIDA COM COBERTURA POR SOBREVIVÊNCIA	27
--	----

Andrea Nogueira Neves e Fabiana Ulson Zappa

1. Introdução	27
2. Do fato gerador do Imposto de Renda	28
2.1. Limitações constitucionais	28
2.2. Conceito legal de renda	30
2.3. Disponibilidade econômica e jurídica	32
3. Da tributação aplicável aos seguros de vida com cobertura por sobrevivência	34
4. Da portabilidade: ausência da disponibilidade econômica da renda	35
5. Conclusão	43
6. Bibliografia	43

PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	45
--------------------------------	----

Antenori Trevisan

1. Introdução	45
1.1. Margem de divergência	48

Localização: 336.215(81)

I 34s

Código de barras: STJ00064588



2. Conceito de pessoa vinculada	48
3. Métodos aplicáveis na importação	50
3.1. Método dos Preços Independentes Comparados (PIC)	51
3.2. Método do Preço de Revenda menos Lucro (PRL)	53
3.3. Método do Custo de Produção mais Lucro (CPL)	56
3.4. Contabilização do valor que excede ao preço-parâmetro	57
4. Métodos aplicáveis na exportação	58
4.1. Dispensa de comprovação de preços de transferência na exportação	60
4.2. Método do Preço de Venda nas Exportações (PVEx)	61
4.3. Método do Preço de Venda por Atacado no País de Destino, Diminuído do Lucro (PVA)	61
4.4. Método do Preço de Venda a Varejo no País de Destino, Diminuído do Lucro (PW)	62
4.5. Método do Custo de Aquisição ou de Produção mais Tributos e Lucro (CAP)	62
5. Juros	63
6. Elementos complementares de prova	63
7. Conquista de novos mercados	64
8. Alteração de percentuais	64
9. Procedimentos de fiscalização	65

TRIBUTAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS 67

Carminé Rulle

1. Introdução	67
2. Mercado financeiro	67
3. Mercado de capitais	68
4. Aspectos jurídicos dos mercados	69
5. Aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável	69
5.1. Aplicação financeira de renda fixa	70
5.2. Aplicação financeira de renda variável	70
5.3. Renda fixa: produtos e tributação	71
5.4. Renda variável: produtos e tributação	74
5.5. Produtos equiparados à renda fixa	78
6. Considerações finais	79

AValiação DE INVESTIMENTO: ASPECTOS RELEVANTES PARA O IMPOSTO SOBRE A RENDA 81

Edison Carlos Fernandes

1. Tipos de investimento e necessidade de avaliação	81
2. Investimento especulativo	82
3. Investimento permanente não relevante	82
4. Investimento permanente relevante	86
5. Ágio e deságio nas reestruturações societárias	92

Localização: 336.215(81)

I34s



<http://bdjur.stj.gov.br>

Código de barras: STJ00064588

IMPOSTO DE RENDA: ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS SOB A FORMA DE RECEITAS, LUCROS, GANHOS E TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	97
<i>Edmar Oliveira Andrade Filho</i>	
1. O Imposto de Renda na Constituição Federal	97
2. Imposto de Renda no Código Tributário Nacional	99
3. As diversas formas de acréscimo patrimonial	103
4. O lucro e a receita como medidas do fato gerador do IRPJ	106
5. Conceito jurídico e contábil de receita	108
6. Ganhos de capital e rendimentos	115
7. As transferências de capital	116
 DISTRIBUIÇÃO DISFARÇADA DE LUCROS (DDL)	 121
<i>Gilberto de Castro Moreira Júnior</i>	
1. Introdução (fundamentação legal)	121
2. Conceito de pessoa ligada e de valor de mercado	128
3. Hipóteses de DDL e penalidades 132	
4. Conclusões	137
 PRESUNÇÕES LEGAIS, AMPLIAÇÃO DOS PODERES FISCALIZATÓRIOS E O BALANCEAMENTO ENTRE EFICIÊNCIA E EQUIDADE	 139
<i>Gilson Wessler Michels</i>	
1. Introdução	139
2. A questão do sigilo bancário	142
2.1. A evolução legal do sigilo bancário	142
2.2. A relativização do sigilo bancário na visão dos Tribunais	144
2.3. A quebra administrativa do sigilo bancário pelo Fisco na visão dos Tribunais	147
2.4. As razões e as consequências do embate	149
3. A hipótese de omissão de receitas vinculada aos depósitos bancários de origem não comprovada	151
3.1. A extensão do ônus da prova do contribuinte	155
3.2. Controvérsias acerca dos limites postos no inciso II do § 3º	167
3.3. Controvérsias acerca do que se entende por "comprovar a origem dos depósitos bancários"	168
3.4. Controvérsias acerca da dedução dos valores declarados do montante dos depósitos bancários não comprovados	172
3.5. A atitude dolosa aferida a partir de presunção legal	173
4. Considerações finais	173



IMPOSTO DE RENDA NA FONTE E RENDIMENTOS MENSAIS ACUMULADOS	175
<i>Hugo de Brito Machado</i>	
1. Introdução	175
2. O julgado em questão e a letra da Lei	176
3. Interpretação adequada da lei	178
3.1. Elemento sistêmico	178
3.2. Elemento tópico	179
4. Outras situações às quais se aplica a tese do julgado	179
4.1. O julgado como norma	179
4.2. Aumento da alíquota	180
4.3. Outras entidades públicas como fontes pagadoras	180
4.4. Entidade privada como fonte pagadora	181
4.5. Outros rendimentos	181
5. Acumulação em virtude de acordo com a fonte	181
5.1. Possibilidade de acordo	181
5.2. O fato gerador do Imposto de Renda na fonte	182
 O IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS E OS RESULTADOS VERIFICADOS NO EXTERIOR	183
<i>Hugo de Brito Machado Segundo e Raquel Cavalcanti Ramos Machado</i>	
1. Introdução	183
2. Conceito constitucional de renda	185
3. A incomunicabilidade dos prejuízos sofridos no exterior com os lucros auferidos no Brasil	187
3.1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	190
4. O momento fictício da disponibilidade do rendimento imposto: a data dos balanços	194
4.1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	198
5. Princípio da proporcionalidade e as medidas adotadas para determinar a base de cálculo do Imposto de Renda incidente sobre os "resultados" obtidos no exterior	201
6. Conclusão	205
 INTELIGÊNCIA DO § 1º DO ART. 342 DO REGULAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA -NÍTIDO DISPOSITIVO ANTI-FRAUDE - TRATAMENTO JURÍDICO DOS JUROS NOS ATRASOS DE PAGAMENTO DO PODER PÚBLICO – PARECER	207
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	
1. Consulta	207
2. Resposta	208



PAGAMENTO SEM CAUSA, OU A BENEFICIÁRIO NÃO IDENTIFICADO: IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DE 35% A TÍTULO DE IR-FONTE 235

José Antônio Minatel

- 1. Identificando o problema 235
- 2. Histórico da criação da regra jurídica em comento. 237
- 3. Regra sancionatória: uso incompatível com a técnica da substituição tributária 239
- 4. Presunção indevida de "renda" 241
- 5. Limites para aplicação da penalidade prevista no art. 61 da Lei nº 8.981/95 242
- 6. Síntese conclusiva 245

ASPECTOS RELEVANTES DO IMPOSTO SOBRE A RENDA NA FONTE 247

Julia de Menezes Nogueira

- 1. Aspectos constitucionais do Imposto sobre a Renda na fonte 248
 - 1.1. O "conceito constitucional de renda" 248
 - 1.2. Verbos "auferir" x "pagar": aspectos constitucionais 249
 - 1.3. A "fonte pagadora" como sujeito passivo da obrigação tributária 250
 - 1.4. Os princípios constitucionais específicos do Imposto sobre a Renda 250
 - 1.5. A "periodicidade" do Imposto sobre a Renda 250
 - 1.6. O princípio da progressividade 251
- 2. O Código Tributário Nacional e o Imposto sobre a Renda na fonte 251
 - 2.1. A delimitação da competência da União pelo art. 43 do CTN 252
 - 2.2. A distinção entre "contribuinte" e "responsável" no CTN 253
 - 2.3. A sujeição passiva tributária e o Imposto sobre a Renda na fonte 254
 - 2.4. Solidariedade 254
 - 2.5. Sucessão tributária 254
 - 2.6. Responsabilidade de terceiros 254
 - 2.7. Substituição tributária 255
- 3. As regras-matrizes do Imposto sobre a Renda e suas normas auxiliares 256
 - 3.1. As normas de retenção e de crédito 256
 - 3.2. Autonomia das normas de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte 258
 - 3.3. Normas sancionatórias 258
 - 3.4. Autonomia entre o IR na fonte e o IR devido ao final do período de apuração 259

Localização: 336.215(81)

I 34s

Código de barras: STJ00064588



3.5. A responsabilidade tributária exclusiva da fonte pagadora	260
3.6. Exclusão da responsabilidade do beneficiário	261
4. A legitimidade ativa para pleitear repetição de indébito de IR fonte	263
5. Validade do IR definitivo e do IRF exclusivo	264
6. Conclusão	266

IMPOSTO DE RENDA DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO. ENTREGA DA DECLARAÇÃO CORRESPONDENTE AO INÍCIO DO EXERCÍCIO ATÉ A DATA DA DECRETAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO. CONSEQUÊNCIAS

Kiyoshi Harada

Consulta	267
Parecer	268
1. Da possibilidade de alterar a modalidade de apuração do tributo no curso do exercício financeiro	268
2. Da constituição do crédito tributário e das modalidades de lançamento	270
3. Da extinção do crédito tributário	271
3.1. Da prescrição e da decadência em matéria tributária	272
4. Da natureza jurídica do lançamento do IRPJ e a contagem do prazo decadencial	274
5. Da não-interrupção do prazo decadencial e da não-sujeição da Fazenda Pública ao concurso de credores	278
6. Conclusão	279

SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS A OMISSÃO NO RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVAS NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO COM BASE NO LUCRO REAL ANUAL

Marcos Vinícius Neder

1. A temática do problema ,	281
2. Brevíssima abordagem da tributação das pessoas jurídicas pelo lucro real	283
3. Sanção em face dos princípios da legalidade e da proporcionalidade	284
4. Algumas considerações sobre norma que instituiu a penalidade isolada	287
5. As dificuldades na aplicação da multa isolada nos casos em que se verifica prejuízo fiscal ao fim do ano-calendário	290
6. Do comportamento da jurisprudência -	292
7. Conclusão	294



O IMPOSTO DE RENDA E O PESO DA CARGA SOBRE A EDUCAÇÃO 295

Marilene Talarico Martins Rodrigues

- 1. O limite para abatimento de despesas com instrução para a pessoa física e seus dependentes 298
- 2. O peso da tributação na educação 301

O CONCEITO CONSTITUCIONAL DE RENDA E A TRIBUTAÇÃO SOBRE AFERIÇÃO DE LUCROS POR COLIGADAS NO EXTERIOR 305

Orlando José Gonçalves Bueno

INCORPORAÇÃO, CISÃO E FUSÃO DE SOCIEDADES: ASPECTOS TRIBUTÁRIOS 317

Pedro Anan Júnior

- 1. Introdução 317
- 2. Disciplina legal 318
 - 2.1. Incorporação 318
 - 2.2. Fusão 318
 - 2.3. Cisão 319
 - 2.4. Tipos societários envolvidos na operação 319
- 3. Documentos societários 320
- 4. Aspectos relativos ao IRPJ e à CSLL 320
 - 4.1. Encerramento de período-base - 320
 - 4.2. Declaração de Informações Econômicas Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e pagamento de tributos 321
 - 4.3. Direito à compensação de prejuízos fiscais / bases negativas da CSLL 322
 - 4.4. Incorporação de empresa superavitária por empresa deficitária 323
 - 4.5. Limitação à compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL 323
 - 4.6. Realização do lucro inflacionário 324
 - 4.7. Reserva de reavaliação 324
 - 4.8. Valores de apropriação diferida - controlados na Parte B do LALUR 325
 - 4.9. Ganhos e perdas de capital na incorporação, fusão ou cisão 325
 - 4.10. Incorporação, cisão ou fusão de investimento com ágio/deságio 326
- 5. Aspectos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) 327
- 6. Aspectos relativos ao Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens: Imóveis e direitos a eles relativos - ITBI 328

Localização: 336.215(81)

I34s

Código de barras: STJ00064588



7. Sucessão ao direito de fruição do incentivo fiscal	328
8. Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF	328
9. Responsabilidade tributária	329
10. Transferência de créditos tributários	330
11. Contribuição ao PIS/PASEP/COFINS - regime não-cumulativo	330

OS GANHOS DE CAPITAL DAS PESSOAS FÍSICAS 331

Raquel do Amaral de Oliveira Santos

1. Introdução	331
2. Noções essenciais	331
2.1. Aspectos gerais	331
2.2. A regra-matriz de incidência	333
3. Casos específicos	336
3.1. Ganhos de capital na alienação de imóveis	336
3.2. Ganhos de capital na alienação de participações societárias	339
3.3. Ganhos de capital em moeda estrangeira	341
3.4. Ganhos de capital na sucessão causa mortis, na doação e na dissolução da sociedade conjugal ou união estável	342

